

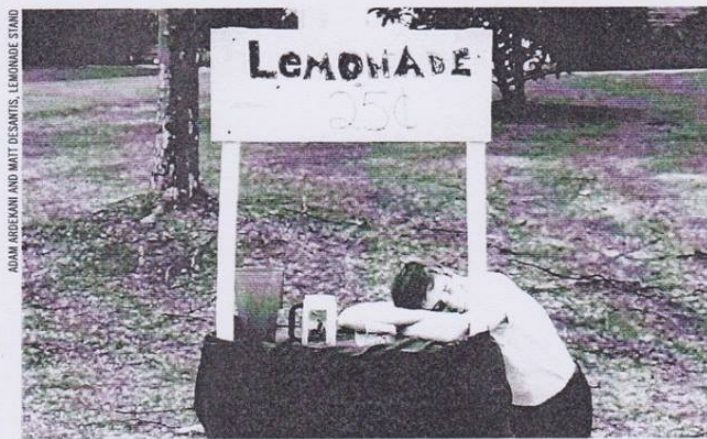
# Macau 2015-2019: as LAG e a economia

**A**S expectativas deste ano com a apresentação das Linhas de Acção Governativa eram elevadas. A fazer fé nas opiniões dos jornais e dos analistas, elas saíram frustradas já que o que se ouviu na apresentação do relatório inicial não acrescentou muito de significativo à avaliação que se conhecia da situação do território em termos económicos, sociais, políticos e conjunturais.

Pelo que se percebe das entrelinhas do discurso de apresentação, o Chefe do Executivo escolheu uma postura defensiva perante a subida de expectativas que sucederam à mudança da equipa governativa que o coadjuvou, no primeiro mandato. Poderia ter optado por rasgar duas ou três linhas de mudança de estilo e de modo para o futuro, mas optou por não o fazer. Nos próximos meses iremos perceber se o fez por tactismo, se por não ter ideias concretas sobre como fazer, ou por acreditar que, daqui a um ano, terá no que chamou um 'Plano Quinquenal da construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer', a chave da solução.

Tem sido acentuado pelas primeiras análises críticas ao seu discurso na AL – e resumo-me à imprensa de Macau já que a 'leitura' da imprensa internacional é ainda desconhecida – a generalidade da abordagem, a ideia de continuidade face ao passado recente, a falta de metas concretas para aquilo que designou como as cinco prioridades para o ano de 2015: acompanhar as mudanças da conjuntura interna e externa; construir uma cidade com condições 'ideais' de vida e criar uma 'vida com qualidade'; impulsionar a diversificação da economia; desenvolver medidas relativas à vida da população e à construção de uma sociedade 'feliz'; elevar o nível de governação. É habitual nos programas de governo quantificar-se e particularizar-se, na medida do possível, as metas a atingir pelas várias medidas de política. Isso não se verifica naquilo que foi revelado.

Vou deixar de lado a primeira prioridade que se afigura uma proficiência normal de quem planeia a nível de um país, cidade, ou região, para me centrar nos outros quatro pontos. Uma primeira ideia que se retira é a preocupação de justapor as principais orientações da acção do Governo às diretrizes traçadas pelo Presidente Xi Jinping quando aqui esteve em Dezembro passado a empossar o Governo da RAEM. Há a mesma fraseologia grandiloquente, um estilo literário conhecido. A tónica subjacente é a ideia funcionista, presente em todos os escritos do filósofo e moralista chinês (que se sabe ser da predilecção do presidente da China), que o governo existe para trazer felicidade aos governados e estes para



compreender, aceitar e cumprir a acção do governo zeloso. A felicidade e a uma vida feliz são adjectivos mais próximos de uma dimensão ética da vida do que propriamente motores da acção de um governo, ainda por cima delimitado no tempo.

Sobressai também a prioridade da diversificação da economia, objectivo que se tem repetido nas quinze Linhas de Acção Governativa com resultados que não são propriamente afirmativos e cujas razões têm feito a unanimidade de quem acompanha de perto a economia de Macau. No desenvolvimento da exposição, o Chefe do Executivo não deixou de salientar a relevância do sector do Jogo em termos de contributo para a economia da RAEM (350 mil milhões de patacas em 2014) e o facto de estar a assistir a um recuo significativo das receitas dele resultantes, no que Chui Sai On chamou uma tendência de 'ajustamento e consolidação' da indústria. Trata-se de uma questão semântica que corresponde à perda de receitas importantes advinda – como tem sido sublinhado por especialistas do sector – da deslocação de uma franja de jogadores

para outros países da Ásia, da diminuição das receitas do jogo de massas e dos efeitos da política de combate à corrupção no continente prosseguida pelo Presidente Xi Jinping no número de visitantes. Desconheço se há estudos independentes que possam dar uma previsão criteriosa da evolução das receitas dessa indústria, mas ficou-me a ideia que, apesar das novas infra-estruturas dos casinos no COTAI e do número maior de visitantes, as seis operadoras irão ter receitas mais modestas, adequadas ao que foi expectável aquando do início das concessões e subconcessões<sup>1</sup>. O que se viveu, no sector, na última década foi absolutamente anómalo e extraordinário, como todos já concordam. Não se repetirá.

O saldo positivo da reserva financeira da RAEM (560 mil milhões de patacas) é importante, revela um esforço de acumular fundos para dias difíceis no futuro, mas haveria, na opinião de alguns economistas, de imprimir uma outra ginástica gestionária, para sem temeridade, rentabilizar esse fundo. Não se adiantam ideias novas nesse particular.

Fica-se também com a ideia que a aproxi-

mação entre o sector não-jogo e o sector Jogo, no capítulo das receitas, é mais uma questão de classificação orçamental do que outra coisa. Não se vê como as receitas oriundas dos hotéis e da restauração, bem como da construção civil, possam ser separáveis das receitas directamente imputáveis ao jogo, quando o fluxo dos visitantes tem um destino preferencial (os casinos) e as principais obras de construção civil foram do sector privado, logo da construção de estruturas complementares dos actuais casinos. Já quanto à diversificação industrial não se vislumbra, nas palavras do Chefe do Executivo, como a levar por diante. A primeira dificuldade é a falta de espaço disponível; a segunda a inoportunidade. A falta de terrenos tem sido identificada como impedimento para o crescimento sustentável da RAEM. Há alguma verdade nisso mas não estou certo que com novos aterros o problema fique resolvido ipso facto, o que ficará dependente da afectação sectorial dos mesmos.

Quando à inoportunidade refiro-me ao facto de terem mudado significativamente os factores conjunturais externos que determinavam os cenários de desenvolvimento de Macau. A atracção de novas indústrias para Macau foi pensada quer pela administração portuguesa quer pela administração chinesa no quadro da diversificação do tecido industrial da República Popular da China, tirando partido das mudanças ali ocorridas. O que se assiste agora é à deslocação de indústrias de mão-de-obra intensiva da China para países vizinhos como a Birmânia, o Vietname ou o Laos. A razão é a perda de competitividade do factor 'trabalho'. Mas na cauda desta migração não se tem verificado a instalação de indústrias de valor acrescentado oriundas dos Estados Unidos, da Europa ou do Japão. Elas estão, por diversas razões que será estulto aqui desenvolver, a regressar aos países de origem.

Ponto final. A ideia da diversificação económica é de aplaudir, em teoria, mas é de difícil aplicação na prática. Macau não tem um ambiente de inovação tecnológica que possa gerar sinergias para a atracção de novas indústrias ou negócios que aqui optem por se instalar. O arrendamento é caro, os custos de água e electricidade também, as facilidades de transporte totalmente dependentes de Hong Kong, o processo de contratação de mão-de-obra não residente moroso e dificultado por pressões políticas. O cenário é pouco menos que negro.

Veremos num próximo artigo as duas últimas prioridades: as políticas relativas à população e a melhoria do nível de governabilidade da Administração. ◀

**A ideia da diversificação económica é de aplaudir, em teoria, mas é de difícil aplicação na prática. Macau não tem um ambiente de inovação tecnológica que possa gerar sinergias para a atracção de novas indústrias ou negócios que aqui optem por se instalar. O arrendamento é caro, os custos de água e electricidade também, as facilidades de transporte totalmente dependentes de Hong Kong, o processo de contratação de mão-de-obra não residente moroso e dificultado por pressões políticas. O cenário é pouco menos que negro**

1 - Vide no período anterior *The Economist* "Macau's Gambling Industry: a window on China", 10.12.2011, in <http://www.economist.com/node/2154147>